



**PATRONATO PENITENCIÁRIO DE LONDRINA E O PROJETO DE EXTENSÃO
“SUBPROGRAMA INCUBADORA DOS DIREITOS SOCIAIS – PATRONATO”:
AVANÇOS E LIMITES NO SETOR DA PEDAGOGIA**

Alinne Garcia Cavagnari – (Bolsista graduanda UEL / apresentador)
Daniela Simitan Claro de Oliveira – (Bolsista recém graduada UEL / apresentador)
Ana Lucia Ferreira da Silva – (docente UEL)

Área Temática: **Educação e Direitos Humanos**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01926**

1. Implementação do Subprograma

O Patronato Penitenciário de Londrina (PLDA) é considerado uma unidade designada para a execução penal em regime aberto, no qual todo o atendimento realizado neste espaço volta-se para os egressos, pessoas que passaram pelo sistema fechado como também semiaberto e receberam a progressão de regime e beneficiários, sujeitos autores de crimes de menor potencial ofensivo, que cumprem medidas alternativas, como: Pena Pecuniária, Prestação de Serviço à comunidade e Medida Educativa. Deve-se lembrar que para que ocorra o atendimento de egressos e beneficiários, os mesmos devem se encontrar somente em regime aberto.

Dentro deste espaço além do quadro próprio de funcionários (agentes penitenciários que atuam no setor administrativo e uma pedagoga), conta-se com a atuação do projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em parceria com a Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) e a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), com base na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, portaria nº 2.501, de 9 de julho de 2004) cria-se o “Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais - Patronato. No ano de 2014, foi aberto um processo seletivo por meio de edital nº 01/2014¹ para a contratação de profissionais bolsistas recém-formados e graduandos para atuar neste espaço.O

¹ Edital disponível no site:<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=253>.

projeto de Extensão envolve profissionais da área de Direito, Psicologia, Administração e Pedagogia.

Com base no edital posto, o Subprograma Patronato possui como foco de ação a pesquisa, o ensino e a extensão, cuja suas propostas são pautadas em:

[...] atender egressos beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (*sursis*), por determinação da Vara de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais e Justiça Federal, com penas restritivas de direito, de maneira educativa e ressocializadora, pautada no respeito aos Direitos Humanos e na correlação entre direitos e deveres, inerentes à condição de cidadania (PARANÁ, 2014).

Este programa está em vigor em algumas cidades do Estado do Paraná, bem como a cidade de Londrina, que será o foco deste trabalho. Este edital, no ano de 2014 contou com a seleção de 19 bolsistas em nas diferentes áreas (Pedagogia, Psicologia, Direito e Administração), para ingresso no subprograma “Incubadora dos Direitos Sociais – Patronato” para a cidade de Londrina.

O Patronato Penitenciário de Londrina é um dos órgãos públicos da cidade, que possui uma estrutura própria, localizado próximo ao Centro Social Urbano (CSU), região central da cidade, onde o programa vigora desde 2014 até os dias atuais. O Patronato conta com uma equipe multidisciplinar, formado por setores que prestam atendimento de execução e fiscalização das medidas e penas alternativas, sendo que, cada setor características específicas é responsável por ações específicas, apenas uma atividade é comum ao grupo, qual seja, o atendimento de recepção feito semanalmente, por um setor específico.

Neste trabalho, dá-se ênfase ao setor da Pedagogia neste espaço (Patronato Penitenciário de Londrina). O setor é formado pelo projeto de extensão bem como pela pedagoga contratada pelo Estado, para desenvolver ações voltadas para promoção de inclusão nas políticas públicas de educação e trabalho, um trabalho voltado para a reinserção social dos sujeitos em execução penal. Estas ações de reinserção ocorrem pela execução da chamada “Medida Educativa”, uma condição imposta judicialmente pelo juiz da Vara responsável.

A medida educativa consiste em uma pena de hora em que o indivíduo recebe uma dada quantidade de horas para ser cumpridas em cursos de capacitação, técnico ou profissionalizantes. Há também casos em que ocorra o resumo manuscrito de obras literárias como condição obrigatória da Medida Educativa.

O setor da Pedagogia é o único responsável por fiscalizar essa condição, mas em todo o processo de execução, busca-se promover meios para que estes sujeitos sejam inseridos nas políticas públicas. O setor da pedagogia tendo esta visão, busca fortalecer ações para o mesmo com a entrada do projeto ao Patronato. Neste trabalho busca-se apresentar uma reflexão acerca da participação do projeto de extensão e, mais especificamente, quanto às ações desenvolvidas pelo setor da Pedagogia visando explicitar os avanços e limites no que se refere às ações deste setor, ao que se refere à execução e a fiscalização tanto da medida, quanto nas demais ações desse setor, nas rotinas administrativas executadas na unidade.

2. Avanços do setor com o apoio do Subprograma

O Patronato Penitenciário de Londrina se constitui enquanto um espaço de educação não formal. Para Libâneo (1999), a educação não formal, pode ser definida em função de atividades que apresentem caráter intencional, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não tão formalizadas. Enquanto espaço de educação não formal, destaca-se que há necessidade do desenvolvimento de um trabalho que exprima uma intencionalidade educativa, ou seja, trata-se de planejar uma ação e nesta, tornar explícito o objetivo que se pretende atingir. Sá (2000), ao discutir a dimensão pedagógica nos espaços educativos não-escolares², afirma que

Buscar caracterizar a *Dimensão Pedagógica* é buscar possibilidades de educação para a cidadania, para a melhoria de qualidade de vida e da comunidade. É vislumbrar as possibilidades e os limites das instituições sociais na construção de um processo de hegemonização do discurso solidário e transformador. (SÁ, 2000, p. 176).

De acordo com Sá (2000), as práticas educativas escolares e não-escolares se caracterizam por serem atividades desenvolvidas pelos homens em situações histórico-sociais definidas, imersos num determinado modo de produzir a existência material e espiritual. Nesse sentido,

Esta práxis educativa, este trabalho, tem uma intencionalidade ético-política, se organiza de uma dada maneira, está implícita ou explícita uma determinada metodologia com o objetivo de atingir fins definidos, há sujeitos destinatários ou partícipes envolvidos nesta práxis. (SÁ, 2000, p. 177).

O trabalho desenvolvido pelo setor da Pedagogia tem como objetivo a reinserção social³ dos sujeitos atendidos em cumprimento de penas por meio da inserção dos mesmos nas políticas por meio da educação e do trabalho e é desenvolvido tendo como premissa a intencionalidade nas suas ações.

Considerando que se trate de um espaço não formal, a existência de um pedagogo neste espaço irá determinar a necessidade em se organizar o trabalho pedagógico e planejar as ações, as quais, ainda que planejadas sem o rigor daquele encontrado no sistema formal de ensino, prescinde de intencionalidade e planejamento, marcas pedagógicas imprescindíveis ao trabalho de um pedagogo. Nesse sentido, destaca-se que no momento de implementação do projeto, a unidade contava uma pedagoga atuante, contratada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) e aprovada em um concurso interno para atuar no Patronato Penitenciário de Londrina e uma estagiária⁴ do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. Responsáveis pela fiscalização, execução e

² Autores que discutem educação e processos educativos fora da escola optam por diferentes terminologias para a identificação desses espaços. Ao tratar da educação fora da escola optam pela terminologia “espaços não formais” autores como Afonso (2001), Libâneo (1999), Trilla (2008), Gohn (1999) entre outros. Já autores como Sá (2000) e Zuchetti (2007), quando tratam da educação fora dos marcos formais optam pela terminologia “espaços não-escolares”.

³ Compreende-se como o termo de Reinserção Social como sendo um processo que integra uma pessoa novamente ao convívio social após sofrer uma etapa de privação de liberdade.

⁴ A estudante foi inserida nas atividades do Patronato Penitenciário de Londrina, enquanto Estágio Não Obrigatório.

acompanhamento dos beneficiários e egressos que possuem a medida educativa como condição da pena, realizavam as atribuições do setor, como:

- Entrevistas iniciais: primeiro contato com o egresso e registro de informações referentes à educação e trabalho (grau de escolaridade, interesse em se capacitar, experiências profissionais e emprego atual).
- Organização de cursos ofertados por parceiros e voluntários.
- Encaminhamento à Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Resposta de ofícios sobre a situação de cumprimento de pena dos egressos e beneficiários.
- Pedidos de histórico escolar.

As atividades de rotina eram limitadas devido a demanda de atendimentos específicos e demais atribuições, conseqüentemente, não restava tempo disponível para visitar instituições a fim de firmar convênios de vagas em cursos de capacitação, técnicos e profissionalizantes, além de outras ações que contribuíssem com o processo de reinserção dos mesmos.

Posteriormente, com o início das atividades da equipe do Projeto, passou-se a contar com mais duas profissionais recém-graduadas e duas graduandas para compor o setor pedagógico.

Com a equipe formada foi possível refletir sobre as ações e pensar sobre a prática e sobre novos caminhos para se buscar alcançar os objetivos, e além das atribuições que já estavam sendo executadas(as quais foram acima elencadas), a equipe agregou novas atribuições, como:

- Visitas às instituições em busca de novas parcerias para oferta de cursos de capacitação, técnico e profissionalizante;
- Elaboração de currículos (para atender a demanda de egressos e beneficiários em situação de desemprego, que não tem acesso a computador e nem mesmo conhecimentos de informática para elaborar seu próprio currículo);
- Divulgação de vagas de emprego semanalmente (disponibilizadas por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE), por meio de parceria estabelecida);
- Emissão de certificados registrados, dos cursos realizados por voluntários na própria unidade;
- Análise bimestral de cumprimento de todos os egressos e beneficiários da medida educativa, oficiando o juiz (a) sobre a situação do cumprimento ou descumprimento das condições impostas (cumprindo, descumprindo ou aguardando certificação);
- Acompanhamento de estagiários⁵ do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina;
- Divulgação de cursos, palestras e workshops gratuitos.

⁵ O setor da Pedagogia, além do Estágio não obrigatório, passou a receber também estudantes do Curso de Pedagogia para o desenvolvimento de Estágio Curricular Obrigatório. Trata-se do "Estágio Supervisionado em Espaços de Educação Não Formal", um dos estágios a ser realizado pelos estudantes, cujo foco é a atuação do pedagogo em espaços de educação não formal. Três turmas (nos anos de 2015/2016 e 2017), totalizando 08 estudantes desenvolvendo suas ações de formação profissional neste campo, trabalhando com diferentes temas.

Estas e outras ações se tornaram possíveis com a implementação do projeto, oferecendo suporte a unidade e ampliando o campo de ações desenvolvidas.

Destaca-se entre as ações do setor da Pedagogia promovida por meio do Projeto de Extensão, a participação de recém-graduadas e graduandas em grupo de estudos.

4. Procedimentos Metodológicos

No presente trabalho no campo da educação utiliza-se como metodologia uma abordagem qualitativa, tendo como base Ludke e André (1986). O estudo foi desenvolvido por meio de observações, participação nas rotinas e atividades desenvolvidas na unidade, bem como a atuação no setor pedagógico do próprio campo de pesquisa, sendo este, o Patronato Penitenciário de Londrina, a fim de apresentar os avanços e limites no setor da pedagogia a partir da implementação do Subprograma.

Como base para a fundamentação teórica em relação à atuação de um pedagogo nesta unidade, a discussão foi respaldada à luz de autores como Afonso (2001), Gohn (1999), Libâneo (1999), Sá (2000), Trilla (2008) e Zucchetti (2007), que apresentam ideias fundamentais para a compreensão de processos educativos em espaços não formais.

5. Resultados e Discussões

Em relação às ações desenvolvidas antes do Projeto de Extensão e a partir das ações desenvolvidas por meio dos integrantes do projeto no Patronato, fica-se visível a ampliação das ações desenvolvidas pelo setor da Pedagogia. Destacam-se entre essas ações, as parcerias e a busca por novos cursos de formação e capacitação profissional, visto que a busca pela reinserção social de egressos e beneficiários por meio de políticas de educação e trabalho se constituem uma das grandes dificuldades encontradas pelo setor da Pedagogia no Patronato. No que se refere à educação, existe uma grande dificuldade por parte das escolas em efetuarem a matrícula de sujeitos em cumprimento de pena.

Se a própria escola encontra esta dificuldade, no que se refere ao trabalho, o Patronato agrega ainda mais a necessidade de, além de buscar promover algumas possibilidades formativas, o setor da Pedagogia busca também o contato com empresas (a partir do perfil dos egressos e beneficiários) para esclarecimento quanto a situação do apenado no sentido de estas possibilitem que esses sujeitos possam ser recebidos para a entrevista. O papel do pedagogo neste caso é de mostrar o que é o Patronato, quem são os sujeitos que estão em processo de acompanhamento de pena para tentar mostrar aos responsáveis a necessidade em oportunizar, como tem oportunizado a qualquer outro sujeito, a passar pelo processo de entrevista.

As parcerias com entidades e instituições têm favorecido o planejamento e o desenvolvimento das ações no setor pedagógico. Entre essas se destacam as parcerias com as instituições que ofertam cursos de capacitação e formação profissional, como o SENAI que disponibilizou 25 vagas no curso profissionalizante gratuito intitulado “Técnicas de Manutenção Predial” com carga horária de 100 horas, que trabalha os as funções e conhecimentos básicos de elétrica, hidráulica,

pintura e alvenaria, possibilitando uma nova oportunidade profissional como fonte de renda aos egressos e beneficiários.

Outra parceria que trouxe bons resultados é com o Laboratório de Tecnologia Educacional (LABTED) que até o presente momento realizou dois encontros dirigidos por um professor do departamento de Ciências Sociais da UEL, intitulados “Economia doméstica” e “Desestressar – ação e reação”. Foram abordadas questões que auxiliariam o processo de administração de renda, bem como atividades orientadas com o intuito de promover reflexões sobre como lidar com situações específicas. Outra parceria foi realizada também com a Universidade Estadual de Londrina, vinda foi com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros que ofertou palestra com o tema “Educação das relações étnico-raciais: reflexão sobre a construção social da identidade negra” ocorrida no espaço do Patronato de Londrina, abordando questões pertinentes ao tema proposto. Ambos os cursos realizados só concretizaram-se na prática por conta do sistema de parceria entre a UEL e o próprio Patronato.

No que se refere ao estágio obrigatório, trata-se do “Estágio Supervisionado em Espaços de Educação Não Formal”, um dos estágios a ser realizado pelos estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, cujo foco é a atuação do pedagogo em espaços de educação não formal. Três turmas (nos anos de 2015/2016 e 2017), totalizando 08 estudantes, desenvolveram suas ações de formação profissional neste campo, trabalhando com diferentes temas. Embora o número total ainda seja bastante tímido (e há que se considerar que o próprio espaço não comporta número demasiado de estagiários), os resultados tanto para o Patronato quanto para os estudantes em formação, são avaliados como sendo enriquecedores, visto que os estagiários vêm somar as ações já desenvolvidas pelo setor trazendo temáticas diferenciadas e que agregam ao trabalho já desenvolvido na unidade. As temáticas se dão a partir das necessidades levantadas na unidade e definidas junto à equipe do setor da pedagogia.

Em relação ao grupo de estudos, os materiais para estudos são selecionados pelo próprio grupo e trazem discussões acerca de temáticas que não são tão próximas ao profissional pedagogo, mas que são fundamentais para situar este profissional neste espaço de educação não formal, como as discussões acerca da “reinserção social”. Também foram discutidos temas como “inclusão e exclusão social”. Mais recentemente o grupo de estudos está desenvolvendo leituras e estudos sobre o “método materialista histórico” e uma das próximas discussões será em torno da temática “direitos humanos”.

Destaca-se o papel do Projeto de Extensão enquanto espaço formativo, por isso a insistência na continuidade do grupo de estudos. O setor da Pedagogia vem fazendo bom uso do tempo destinado às atividades formativas e o grupo de estudos tem dado suporte para que tanto as recém-formadas quanto as graduandas possam, por meio das leituras, estudos e discussões, refletir sobre o trabalho que o pedagogo desenvolve no Patronato e este fato tem se concretizado por meio de publicações e apresentações de trabalhos em eventos, o que, certamente, se constitui enquanto avanço para a Pedagogia neste campo.

Além de enriquecer a qualidade do trabalho, este projeto de extensão tem permitido, na prática, ampliar as possibilidades de atuação do pedagogo neste campo, oferecendo um significado ainda maior à atuação do pedagogo neste campo.

Por fim, conclui-se que o trabalho realizado pelo setor da Pedagogia a partir da implementação do Projeto de Extensão “Incubadora dos Direitos Sociais

Patronato” tem trazido avanços e possibilidades para a efetivação do trabalho desenvolvido no sentido da reinserção social de apenados por meio de políticas de educação, seja por meio da inserção no processo de escolarização formal, seja por meio da oferta de cursos que visem o cumprimento de medidas educativas.

Ao que se refere às políticas que visem a reinserção social por meio do trabalho, destaca-se que estas o setor da Pedagogia tem encontrado maior dificuldade, uma vez que muitas das instituições que ofertam os cursos profissionalizantes e de capacitação tem altos custos e o perfil dos apenados que necessitam desse as políticas não tem condições de bancar tais curso e o Patronato também não dispõe de recursos para financiar tais cursos, de maneira que a implementação dessa política pelo setor, não tem se efetivado, sendo este um limite ao trabalho do pedagogo nesta instituição.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Os lugares da educação**. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth Brandini; Fernandes Renata Sieiro (Orgs.). Educação não-formal: cenários da criação. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 71).

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SÁ, Ricardo Antunes de. **Pedagogia, identidade e formação: o trabalho pedagógico nos processos educativos não escolares**. Revista Educar. n. 16 (p. 171-180), Editora da UFPR, 2000.

TRILLA, J. **A educação não-formal**. In: ARANTES, V. (Org). Educação formal e não-formal. São Paulo: Summus, 2008.

ZUCCHETTI, D. T. & MOURA, E. (2007) "**Educação não escolar e universidade: necessárias interlocuções para novas questões**". In *30ª Reunião Anual da Anped*. Araxá: 14.

Agradecimentos: Equipe do Patronato Penitenciário de Londrina e à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).
--